

QUANDO O CAMPO É O PATRIMÔNIO

Manuel Ferreira Lima Filho
Jane Felipe Beltrão
Cornelia Eckert

O ano de 2006 foi significativo para a Associação Brasileira de Antropologia em sua trajetória associativa. Sob a presidência da Prof.^a Dr.^a Miriam Pillar Grossi (gestão 2004–2006), foi realizada a 25^a Reunião Brasileira de Antropologia na cidade de Goiânia – GO, no período de 10 a 13 de junho, congregando os associados na comemoração de bodas de prata de atividade de congresso e finalizando igualmente as comemorações das bodas de ouro da ABA, em seus cinquenta anos de existência.

O contexto era propício para se falar das lembranças e para se viver a memória da Associação. Assim sendo, o patrimônio tornou-se campo para os antropólogos, no sentido mais amplo da tradição do *fazer Antropologia*.

O Grupo de Trabalho *Patrimônio Cultural* foi instituído na gestão da Prof.^a Miriam Pillar Grossi, que convidou os antropólogos Dr.^o Manuel Ferreira Lima Filho e Dr.^a Regina Maria do Rego Monteiro para, respectivamente, coordenar e vice-coordenar a primeira gestão do GT dedicado ao Patrimônio Cultural no âmbito da ABA. O desafio maior foi o pioneirismo da tarefa, voltada a articular uma rede de antropólogos da ABA com o intuito de sistematizar e de informar à comunidade científica os vários campos de pesquisas e ações relacionados ao tema. Os frutos das ações desaguaram na 25^a RBA, em Goiânia, sob a forma de inúmeros trabalhos sobre o Patrimônio Cultural na perspectiva antropológica, inclusive com boa articulação internacional. Isso provocou a continuidade da discussão no formato

de um Colóquio sobre o Patrimônio Cultural, desta vez na colonial e acolhedora cidade de Goiás, sob os auspícios da Fundação Ford e do Departamento de Museus do IPHAN – este sob a coordenação do antropólogo José Nascimento Júnior.

A discussão e os vários textos sobre o assunto gestaram o presente livro, que reúne diversos artigos, indicando ao público que os autores não apenas palmilham e mapeiam o território nacional, mas que, com autoridade, discutem temas candentes e provocativos que fogem às impertinentes fronteiras disciplinares.

A diversidade da discussão repercutiu na organização do livro em três partes. A primeira discute *Antropologia e Patrimônio: reflexões e perspectivas da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia – GO*. Nela nossos colegas coordenadores do GT de Patrimônio da ABA, Manuel Ferreira Lima Filho e Regina Maria do Rego Monteiro, abrem a seção com o artigo *A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil* e contextualizam a trajetória conceitual do tema do Patrimônio como campo de atuação dos antropólogos, apresentando as primeiras produções e o crescimento do tema nos últimos anos e revelando um forte apelo ao diálogo interdisciplinar, sobremaneira com profissionais que transitam em outras esferas de atuação diferentes do círculo acadêmico e universitário.

Em *Patrimônio, linguagens e memória social*, Jane Felipe Beltrão e Carlos Caroso fazem uma síntese das questões levantadas no GT *Patrimônio, Linguagens e Memória Cultural*, coordenado pelos autores pela ocasião da 25ª RBA em Goiânia. O GT abordou temas desde a origem e constituição de coleções controladas pelo Estado brasileiro por amadores; a definição dos papéis dos museus institucionais e a relação com as comunidades estudadas; a necessidade de se romper com as fronteiras da disciplinaridade e a importância de se estabelecer uma proposta de indexação de acervos e de imagens fotográficas visando a um maior acesso às informações, uma vez que a fotografia é um instrumento analítico pertinente à compreensão minudente da sociedade brasileira.

Em *Patrimônio e Cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades*, Mônica Rotman e Alicia Castells apresentam uma síntese dos trabalhos debatidos no GT de mesmo nome. As autoras pontuam reflexões sobre a questão patrimonial na América Latina

destacando: (1) a importância dos documentos internacionais como o de Haya de 1954, e (2) a proteção de bens patrimoniais em caso de conflito armado – ambos referentes a documentos da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular (1989) e do patrimônio imaterial (2003). A partir deles, observam-se luzes focalizando culturas populares e relação entre o patrimônio e identidade que amalgama a noção de herdeiros culturais e a possibilidade de se visualizarem os criadores de novos patrimônios. As autoras exploram a tensão entre os conceitos do patrimônio material e imaterial e apontam imprecisões de alcance junto a grupos denominados por elas como “culturas subalternas”.

Encerrando a primeira parte, Flávio Leonel Abreu da Silveira e Márcia Bezerra, em *Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas*, trazem a lume questões candentes sobre patrimônio, indicando que, no Brasil, pouca atenção tem sido dada às experiências de ensino-aprendizagem que valorizem o patrimônio mantido pelos mais diversos grupos sociais, sendo que, no mais das vezes, se ignoram saberes e fazeres acumulados pela tradição e a relação dos agentes sociais com o patrimônio enquanto estratégia de conservação, a ponto de se questionar o trabalho desenvolvido por especialistas. O trabalho é feito a partir da frutífera discussão dos temas durante a RBA; nesse sentido, é interessante observar que os autores trabalham questões teóricas que preocuparam os participantes do GT, “fechando” a argumentação em torno de problemas práticos não esgotados, para os quais não temos solução. Discutem, sobretudo, a chamada educação para o patrimônio e a Arqueologia pública, estratégias que objetivam correr em busca do tempo perdido quando a postura de muitos ignorava patrimônio não expresso em pedra e cal.

A segunda parte do livro é denominada *Explorações Antropológicas: quando o campo é o patrimônio*. Apresenta a trama das reflexões sobre a atuação dos antropólogos que produzem etnografias relacionadas ao tema do Patrimônio Cultural.

Em *O Impacto da Imigração Européia sobre a Produção de Alimento e a Culinária do Médio Vale do Itajaí – SC*, Marilda Checucci Gonçalves da Silva expõe um interessante estudo da culinária da colônia alemã no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A autora opta por uma etnografia do contato por meio das práticas e do saber fazer da culinária alemã

enraizada no Brasil. Esta, por sua vez, é marcada por estratégias culturais como o rito de passagem da noiva, uma espécie de noviciado para as artes culinárias em casas de famílias ou de freiras luteranas envoltas em segredo. A pesquisadora disserta, ainda, a respeito de como se deu, aos poucos, a substituição por algumas práticas de cultivo impostas pela diferença ambiental entre o país de origem e o Brasil, apontando para uma adaptação e incorporação das práticas luso-brasileiras e indígenas presentes na região antes da chegada dos imigrantes, o que revela processos de transformações sociais. O estudo demarca uma Patrimonialização da alimentação, que passa da esfera privada para a pública, notadamente com a conotação política do patrimônio imaterial que valoriza práticas culturais fomentadas pelo turismo. Assim, a culinária migra de um âmbito cultural para uma esfera econômica.

Em *Caminhos e descaminhos do Patrimônio Imaterial*, Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros nos fala de suas várias experiências como antropólogo atuando no campo da gestão do patrimônio cultural e da academia, especialmente como pesquisador envolvido com aplicação da metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) para o patrimônio Imaterial, especificamente no Litoral Norte de Pernambuco. Tange questões de grande pertinência sobre o ofício do trabalho numa equipe multidisciplinar, o papel de mediador entre o Estado e a sociedade civil e, ainda, a relação do mercado com os produtos patrimoniais. O autor chama a atenção sobre o fato de não haver uma articulação entre o IPHAN e o GT do Patrimônio da ABA na questão do Patrimônio Imaterial.

Em continuidade, trazemos três experiências com a temática indígena. Primeiramente, sobre os Ticuna, Priscila Faulhaber, por meio do artigo *Traduções Magüta: pensamento Ticuna e patrimônio cultural*, revela-nos como os Ticuna valorizam sua produção material, a saber, objetos culturais, numa escala de alta significação ritual até a destituição de “mana”, quando, então, passam a ser musealizados. O estudo aponta para uma reapropriação, por parte deste grupo indígena amazônico, de seus objetos indexados e guardados em museus, utilizando-se da noção de patrimônio cultural como instrumento operacional do contato interétnico e de um grande poder comunicativo. Como resultado de seus estudos, a autora apresenta um Cd room interativo no qual se

encontram indexados 455 objetos do Museu Paraense Emílio Goeldi que segue uma classificação segundo a visão de mundo dos Ticuna.

Em seguida, Arlete Assumpção Monteiro dá voz aos Pankararu, em *Patrimônio cultural, luta e identidade. Os indígenas Pankararu em São Paulo*. A partir da metodologia da história oral, o processo migratório do grupo de Pernambuco para São Paulo é reconstruído. O cenário de deslocamento também é o contexto de mudanças advindas das práticas culturais do grupo, aderindo aos impactos de novas situações e de novas complexidades, sobretudo pela interface de sua cultura com a educação formal.

Por fim, fechando a temática indígena, Mário Chagas, em *Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal*, faz um recorte histórico e conceitual dos museus etnográficos no Brasil. Versa sobre o papel deles como mediadores entre os atores sociais na contemporaneidade a partir da experiência do Museu do Índio (RJ), ao realizar a exposição com a co-participação do grupo indígena *Wajãpi*, quando se processou a construção de uma exposição ou de uma representação museal sobre eles mesmos para o “outros”, registrando, assim, uma “alteração na qualidade da participação e da prática de mediação museal”.

Essa parte do livro encerra-se com duas etnografias realizadas no Estado de Goiás. Sobre Goiânia, Manuel Ferreira Lima Filho, no artigo *Entre Formas e Tempos: Goiânia na perspectiva patrimonial*, parte de uma experiência etnográfica de uma Antropologia na cidade de Goiânia e analisa as representações construídas em torno do ato administrativo e político do tombamento do conjunto *Art Déco* de Goiânia em contraponto com as narrativas dos primeiros habitantes da primeira rua da cidade, a Rua 20, tendo como referência uma etnografia da memória, nas quais o referido estilo arquitetônico está longe de ser uma representação central identitária da cidade. Neste campo patrimonial de reflexão, as categorias *sertão, mundo rural, modernidade, nação e região e passado* tecem as narrativas em torno do patrimônio cultural da cidade.

Agora, tendo a cidade de Goiás, antiga Vila Boa, como objeto de estudo, Izabela Maria Tamasso, em *Relíquias e Patrimônios que o Rio Vermelho Levou*, revela-nos um sentimento de inquietude quando se comparam ações a respeito do patrimônio coletivo, público, tombado

e, por outro lado, os patrimônios familiares, pessoais, numa condição de crise ou de catástrofe, como foi o caso da enchente que destruiu boa parte da cidade de Goiás em dezembro de 2001. A autora constata, de fato, que o conflito é constitutivo das políticas de preservação ou, de outra forma, aponta para a existência de um hiato entre o “tempo monumental” e o “tempo social”.

A terceira parte do livro é intitulada *O Patrimônio como categoria analítica antropológica*. Traz como pontos convergentes algumas questões conceituais inerentes ao tema do patrimônio cultural. Constrói uma reflexão crítica sobre o próprio campo disciplinar e sobre tensões em torno dos processos de objetivação da cultura.

Assim, em *Os limites do Patrimônio*, José Reginaldo Santos Gonçalves alerta para o risco de um “enflacionamento” da categoria *patrimônio*, o que pode fazer perder de vista a força da categoria enquanto instrumento analítico, e ressalta, ainda, que, apesar de a mesma ser uma categoria universal, não se pode deixar de qualificá-la em termos culturais e históricos. O autor, em sua análise, chama a atenção para o fato de que a construção do passado ou da memória muitas vezes não depende das intenções do Estado, ou as agências de enquadramento do passado/patrimônio podem não ter sucesso e, conseqüentemente, o sucesso do mercado turístico pode não acontecer, uma vez que os patrimônios estão numa zona de ambigüidades que pode ser exterior a nós ou, como quer Reginaldo, à “nossa inteira revelia”.

Em *Patrimônio, Negociação e Conflito*, Gilberto Velho narra um episódio ocorrido em 1984 em torno do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, Bahia. A partir deste estudo de caso, demonstra, por um lado, a força do deslocamento dos sentidos de conceitos como *tradição* e *memória cultural* a partir de novos paradigmas da disciplina antropológica no final do século XX e, por outro lado, as mudanças que o reconhecimento simbólico das produções coletivas operacionaliza sobre a gestão política da memória social. Esta conjuntura favorável para a transformação do que é patrimônio e do que é memória no Brasil se dá em torno de novos agentes sociais convergentes às políticas afirmativas de respeito à alteridade e à diversidade do sistema de crenças dos grupos sociais que configuram a nação. A atualidade do episódio coloca em alto relevo a trama complexa

que os antropólogos brasileiros buscam considerar ao ter por problemática de ponta a questão da memória coletiva no trajeto da nação.

Regina Maria do Rego Monteiro Abreu nos traz o tema do *Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva*. Regina Abreu faz uma didática apresentação da constituição da noção de patrimônio Cultural desde a sua identificação com a formação dos Estados Nacionais, a trajetória da conceituação da noção no Brasil até se chegar aos domínios contemporâneos da apropriação das questões patrimoniais (patrimônio imaterial, por exemplo) pela sociedade, grupos étnicos, ONGs. Nesse cenário epistêmico e histórico, a autora aponta que o papel do antropólogo está para além de mediador entre culturas ou de árbitro de disputas entre grupos. Ela chama a atenção de que a dimensão da humanidade, implícita ao conceito de cultura, está diretamente ligada à noção de patrimônio cultural.

Já Alexandre Fernandes Corrêa nos apresenta *O Primeiro Patrimônio Etnográfico do Brasil: a coleção-Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (1938)*. Tendo como referência um tipo de arqueologia da noção de patrimônio etnográfico para se compreender “a gênese da ideia de um patrimônio etnográfico”, o autor toma como alvo de pesquisa a Coleção-Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (1938), tombada pelo Iphan, e procura interpretar os sentidos das categorias “esquecimento” e “negação” para, desta forma, indagar sobre os significados do conceito de “etnográfico” na sociedade brasileira e sobre qual a lógica de classificação no que se refere à inscrição de um bem cultural na categoria etnográfico no Livro do Tombamento Federal. Por fim, evoca a necessidade de um quadro conceitual mais adequado para dar conta de uma realidade social e cultural global e contemporânea e menciona o fato de que não se pode ser neutro num domínio de ação cultural como no caso estudado.

Os antropólogos Julie Cavignac e Andrea Ciacchi preferiram o tema das Memórias e Narrativas em *Ouvir a Cultura: Antropólogos, Memórias, Narrativas*. Eles advogam que há uma ausência de estudos teóricos sobre a “matéria narrativa” e apontam sobre a necessidade de se ter um maior cuidado metodológico e de melhor exploração conceitual quando o antropólogo faz das narrativas o seu objeto principal de análise e de se prestar atenção nas pormenoridades das

narrativas, ou seja, aprender a “ouvir”. Esse fato é relevante no campo patrimonial de investigação dos saberes ancorados no passado. Utilizando o termo “etnografia da memória”, os autores escrevem que, ao se escutar, transcrever e depois ficar à disposição de novos olhares e escutas, esse processo, inerente ao ofício do antropólogo, revela questões metodológicas como as características das transcrições e a relação quantitativa e qualitativa dos dados sobre uma nova realidade social.

Fechamos o livro com a *A cidade: sede de sentidos*, de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert. As autoras trazem para o debate a política de preservação e de conservação de bens culturais nas cidades modernas. Para isto, trazem como notícia o caso do patrimônio universitário como campo de disposição de sentidos, a fim de dimensionar a perspectiva de situar a cidade no plano do simbólico como condição humana. Desta forma, a política do patrimônio deveria contemplar as estruturas espaciais da cidade como tributária de uma fantástica transcendental por meio da qual o homem ocidental tem operado o seu conhecimento do mundo social e cósmico.

Por último, agradecemos ao Presidente da atual gestão da ABA, Professor Dr.º Luís Roberto Cardoso de Oliveira, e à sua diretoria, por abraçar e reforçar o seu apoio à causa do patrimônio cultural como um dos eixos norteadores dos debates da antropologia brasileira contemporânea.